

INTRODUÇÃO

Não gosto de funerais. Nada de original, admito. Nada que caiba aqui, parece. Logo me dirão.

Perdoem-me, então, os mais sensíveis, mas é mesmo pela morte que devo começar. Explico porquê.

Estava já na escrita final destas páginas quando sou confrontada com a necessidade de repensar uma velha lição do meu pai, então aprendida muito a contragosto.

Era ainda bem garota quando se dá a morte, natural e por velhice, da avó de um primo, afastado por genealogia, mas amigo chegado, por circunstâncias desinteressantes para o caso. Instada pelo meu pai a comparecer numa cerimónia que, mais do que medo, me trazia insegurança por nunca saber como comportar-me (Cumprimento quem não conheço? Digo o quê? E se me dá vontade de rir? E se fico contente de ver alguém? E se me obrigam a ver o morto?), recuso-me a participar em tal momento.

Rápida de argumentos por defeito e obstinada por adolescência, estava certíssima de que entrara uma discussão ganha à partida. Que nem conhecia a senhora. Que a tinha visto para aí uma vez. Que mal sabia porque era minha prima. Que até ficava mal aparecer assim, do nada.

A listagem de “ques” a meu favor termina no momento em que o meu pai resolve dar-me uma boa oportunidade para ficar calada, coisa não tão fácil assim naquela idade contestatária: “Não vamos aos funerais pelos mortos, vamos pelos vivos”.

Além de me ter conseguido silenciar, e de, dada a amizade que sentia por esse quase primo, me ter deixado sem desculpas razoáveis para fugir àquela morte, a lição do meu pai ficou-me para a vida.

Durante algum tempo odiei-o por isso. Admitida aquela verdade, acabavam-se as fugas. Passei a ir, resignada, aos vários funerais que o destino me foi impondo e, não sei se já vos disse, sou como quase toda a gente, por isso é cerimónia a que preferia não comparecer. Com o correr da existência, fui aprendendo a ficar-lhe grata pela lição de sensatez e, quiçá, boas maneiras.

O problema é que, haveria de chegar o dia em que a regra sábia do meu pai deixaria de servir. Não porque já não fosse verdadeira, mas porque já não chegava. Esse dia chegou perto do desfecho desta viagem jornalística.

Depenicava já as últimas edições deste livro quando, numa noite de março de 2023, recebo uma mensagem no telemóvel: “O Américo morreu”.

Parei o que estava a fazer. Pousei o telefone. E deixei vir as memórias. Com elas, fiquei triste. Conhecera Américo Duarte, já frágil pelo seu Parkinson, durante o testemunho que recolhi para o livro *Os 5 Homens que Mudaram Portugal* (Dom Quixote, 2022), que resultou também numa entrevista publicada no jornal Público, exatamente um ano antes da sua morte.¹

Enquanto relembrava a minha conversa na margem sul com este português inconformado e lutador, ocorreu-me que talvez devesse comparecer ao funeral. Pela primeira vez, a decisão de ir ou não ir prendia-se exclusivamente com o próprio morto. Mal conhecia a família, com quem me cruzara fugazmente numa homenagem ao operário-revolucionário-deputado, poucos meses antes, em janeiro deste mesmo ano.

Apesar dos tremores causados pela doença e das várias pausas a que a excitação provocada pela rememoração daqueles tempos espicaçou, nem por um minuto duvidei da força daquele homem. Da vontade que teve de mudar um país onde as pessoas como ele, trabalhadores, pouco escolarizados, pobres, não tinham qualquer – repito, qualquer – oportunidade de ascensão social. Américo Duarte pertencia àqueles que já nasciam de joelhos, arreados pelo peso da classe social, sem direito a elevadores, nem dos metafóricos, mas que nunca dobram.

Justamente revoltado com esse destino pronto a vestir onde nunca coube, tudo nele foi excesso – de gritos de mudança, de insurreição, de peito feito para qualquer luta, fosse ela física ou verbal. E isso nunca o deixou. Nem perto dos 80 anos, já consciente da debilidade trazida por uma doença neurológica degenerativa, quando o conheci.

¹ Nery, Isabel (20/03/2022). “Américo Duarte: Só ficava chateado por ter de atacar o Cunhal daquela maneira”. Público/P2.

Embora o corpo dissesse outra coisa, o tom das palavras que me entregou naquela entrevista deram-me o Américo que, mecânico, operário pouco mais que analfabeto, teve a coragem de enfrentar a primeira assembleia eleita em democracia para fazer o discurso de abertura da Constituinte, em 1975.

Na cerimónia de homenagem que os antigos camaradas da política lhe organizaram na Fábrica do Braço de Prata, no início de 2023, Carlos Marques, seu assessor na Constituinte sublinhou o coração gigante, a força e a verticalidade daquele que, com coragem, ousou levar “a roupa sebenta da classe operária para aquela assembleia”.

Todas as correntes revolucionárias lhe deviam um agradecimento. “Trouxeste a linguagem da classe operária, dos revoltosos. Inesquecível o primeiro dia da Constituinte, o primeiro discurso na assembleia e o silêncio aterrador que as palavras de Américo Duarte provocaram: “Estou aqui para criar uma constituição democrática e acabar com a Constituição fascista (...) Há que perguntar se deputados que deram o poder à ditadura podem estar aqui”. Todos os ataques. Provocações: “Escreveste isso? Nem sabes ler!” A tua voz naquela altura ergueu as vozes de todos. Vinha pessoal da Lisnave só para ouvir o Américo. Único deputado revolucionário eleito em toda a Europa. Obrigado, Américo!”

Embora continue sem saber bem porque, dali a dois meses, decidi marcar presença num tal funeral, inclino-me a acreditar que tenha sido a admiração por aquela coragem, resumida por Carlos Marques e constatada por mim durante a entrevista que lhe fiz.

Fui por ele. Por ver nele a homenagem aos que quiseram mais de quem nos governa. É tudo o que consigo dizer.

Como em todos os funerais, também neste se contaram histórias. Também neste me comovi. Não com discursos. Nem sequer com lágrimas.

Comovi-me com uma mancha de óleo, imagine-se.

Ao amigo das lutas, e de tudo, Jaime Santos Pereira, as noites do Verão Quente trouxeram muitas batalhas, mas também uma certeza: durante todo o período revolucionário, a campanha haveria de tocar de madrugada, quando o mecânico da Lisnave regressasse a casa de mais um longo dia de trabalho.

Urgiam sempre estratégias políticas a agilizar para o dia seguinte, levando Américo Duarte até à casa de Jaime Santos Pereira. E nem o facto de o casal estar no seu descanso matrimonial, inibia urgências revolucionárias.

Jaime e a mulher mantinham-se deitados, que já não eram horas para outra coisa, enquanto Américo Duarte se sentava num banquinho estrategicamente colocado ao fundo do leito conjugal. E era daí, com um revolucionário encostado à cabeceira e outro aos pés da cama, que planeavam a luta seguinte.

O hábito tornou-se tão rotineiro que a alcatifa do quarto haveria de ganhar uma mancha – do óleo que Américo Duarte trazia das oficinas e vinha pingando no caminho até casa. Ainda hoje lá está, garantem-me os amigos, como quem consegue ver numa mancha de óleo toda uma vida – um propósito.

Poderá haver poesia numa mancha de óleo?

Por qualquer razão que não sei explicar, senti a história desta mancha de óleo como se fosse a daquele período histórico. Como se a morte de um homem, fosse também a morte de um tempo. Mas um tempo que não quero esquecido, porque, com todos os seus perigos e excessos, foi um tempo em que os portugueses se alimentaram de esperança – e de futuro.

A mim, que já cresci em democracia, comove-me pensar que tudo isto aconteceu. Que não escrevo no vácuo, mas apenas na distância. Que a busca por uma fisionomia da história é também a luta contra o esquecimento. Haverá melhor maneira de aplacar o esquecimento do que um livro?

Seria factualmente exato dizer que este livro nasceu quando estava a escrever *Os 5 Homens que Mudaram Portugal*, mas é emocionalmente mais exato dizer que nasceu ainda anos antes, durante a minha pesquisa para a biografia de Sophia de Mello Breyner Andresen (Esfera do Livros, 2019).

Embora a biografia da que, no 25 de Abril, nos anunciou “a poesia está na rua”, ao contrário de *5 Homens*, não seja sobre política, a verdade é que foi no mergulho da vida de Sophia que me lembro de pasmar pela primeira vez com o cerco à Assembleia Constituinte. Tendo sido uma das vítimas desse sequestro, tal como todos os outros

(como poderão verificar neste livro que agora vos pertence), também a deputada-poeta fez pouco alarido do sucedido, tornando difícil encontrar muita informação coerente sobre os acontecimentos daquele dia.

Embora fascinada com a descoberta de um tal momento da nossa história recente, não vislumbrei na maior parte dos entrevistados de então um especial choque com a ideia de fazer reféns deputados eleitos democraticamente. E logo os primeiros depois da revolução que derrubara a ditadura.

Uma reação, para mim, surpreendente, mas que em nada contribuiu para reduzir o meu interesse, antes pelo contrário. Porém, na vida de Sophia o assalto à Constituinte seria pouco mais do que um episódio caricato, razão pela qual não fui ao fundo da questão nessa altura, embora lhe tenha dedicado um capítulo.

Mas quando Francisco Camacho me apresenta a louca proposta de um livro que cruzasse as biografias dos 5 políticos (Mário Soares, Álvaro Cunhal, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e António Ramalho Eanes) responsáveis pela transição para a democracia, achei que era chegado o momento de ir a fundo na história do assalto à primeira assembleia eleita.

E era, só que não ainda.

A todos os entrevistados – várias dezenas – perguntava se se recordavam de um helicóptero ter tentado resgatar os deputados naquele 12 para 13 de novembro de 1975. Uns garantiam que era impossível porque, a ser verdade, teriam dado por um tal aparato mesmo junto à assembleia, outros ouviram falar, mas não tinham certezas, outros ainda asseguravam tê-lo visto com os seus próprios olhos.

Sendo este um livro investigado e escrito por uma jornalista, era inconcebível narrar um momento tão dramático na vida de uma democracia – deputados feitos reféns e um presidente da Assembleia, segunda figura do Estado, que tenta fugir num helicóptero, era a versão resumida – sem ter prova cabal dos acontecimentos.

Para cumprir a missão, já de si ambiciosa, de cruzar as biografias de algumas das figuras mais marcantes da transição democrática vi-me, mais uma vez, obrigada a abandonar a

da pesquisa aprofundada sobre o cerco. Mas, depois de publicadas as biografias, eis que, teimosamente, retomo o caminho até àquele fascinante novembro de 1975.

A lógica de pesquisa era – aparentemente – simples. Um helicóptero não é coisa que passe despercebida. Alguém tinha de o pilotar, alguém teve de dar a ordem para que descolasse e fizesse o resgate. A primeira busca de prova, tinha-se tornado uma teia frágil. Mas da segunda e da terceira, pensei eu, tinha de haver rasto. Os militares são organizados, têm cadeias de comando, registam.

O problema é que este era um pensamento teórico, de quem não viveu o Verão Quente e raciocina como se a lógica fosse chamada àqueles dias. Com mais ou menos subtilidade nas palavras, isso mesmo me foi transmitido quando começo a fazer contactos junto da hierarquia militar. Não havia memória, não havia papéis, não havia gente daquela época no ativo, muitos tinham até já falecido.

Mesmo assim, insistia eu, não pode ter acontecido uma coisa destas sem que ninguém gravasse uma tal memória. Aterrou um helicóptero mesmo na assembleia, tentou resgatar o presidente, quase morriam todos ali. Uma aventura incrível destas não se esquece, entusiasmava-me eu a cada telefonema de insistência impertinente.

Não sei se por boa vontade ou misericórdia com a minha infelicidade por não conseguir confirmar junto de fonte militar o voo daquele “helicóptero dos deputados”, como lhe chamariam alguns jornais, a verdade é que cada contacto acabava com a promessa de nova tentativa. Talvez um reformado. Talvez um que conheça bem a história da Força Aérea. Talvez...

Como quase sempre me acontece, o talvez transforma-se em de facto quando já não espero nada.

Véspera de Natal de 2021. Toca o telefone. Era do gabinete do Arquivo Histórico da Força Aérea: “Não foi fácil, mas tenho boas notícias para si!” “Não me diga!” “Não temos registos das missões, mas conseguimos uma informação valiosa. Quanto à situação que descreveu na AR, em 12/13 de novembro, fomos bem-sucedidos”.

As notícias eram muito melhores do que alguma vez sonhei. Já só esperava um qualquer documento, um testemunho de um telefonema, uma voz para aquela memória. Mas o

que a Força Aérea tinha para “oferecer” a este livro era nada menos do que uma entrevista com o próprio militar que pilotara o helicóptero que tantos garantiam nunca ter existido. “Sei que existiu porque era eu que o pilotava”, diz-me o general Luís Araújo, assim que nos sentamos para conversar, numa esplanada do Estoril.

Fosse o que fosse que viesse a seguir, estava ganha a batalha da persistência jornalística. Senti-me tão abençoada com aquela prenda de Natal que nem me importei de me atrasar para uma tradição natalícia familiar. Eles iam compreender. Afinal, ia chegar a casa com esta história maravilhosa para partilhar. Ainda por cima tão perto da melhor história de todos os tempos: a do Natal.

Mas, claro, depois do êxtase, veio o dilema: agora que tenho este testemunho vivo, esta oportunidade única de olhar para o cerco à Constituinte como um acontecimento histórico que mudou o curso do período revolucionário e não como um *fait divers*, vou diluí-lo num livro tão denso como o que conta a biografia daqueles cinco políticos?

Ainda tentei, mas não resultou. Nem os *5 Homens* precisavam desta história, nem esta história viveria de pleno direito entre tantas vidas e acontecimentos relevantes no período político pós-revolução. Toma-se, assim, a difícil decisão de tirar um membro àquele livro para contar com todo o detalhe possível os dois dias em que os deputados da Assembleia Constituinte foram reféns.

Por ser o fio condutor da obra, e porque estou convicta de que o sequestro dos parlamentares mudou o curso dos acontecimentos, como, de resto, alguns historiadores também admitem, a tentativa de resgate de helicóptero, no dia 13 de novembro de 1975, é o ponto cronológico a partir do qual todo este livro se desenrola. Umhas vezes andando horas, dias ou meses para trás em relação ao sequestro, outras para a frente. Sempre em busca de contexto – e de preencher lacunas que ainda persistem.

Para os que continuam a ver no assalto à assembleia pouco mais do que um momento caricato do período revolucionário português, importa lembrar como os acontecimentos mundiais trataram de o tornar atual.

A 6 de janeiro de 2021, 46 anos depois do sequestro dos deputados portugueses, o mundo haveria de pasmar com a invasão do Capitólio, nos EUA, orquestrada pelos apoiantes do anterior presidente Donald Trump, incapazes de aceitar o veredito

eleitoral que tirara a Casa Branca aos Republicanos para voltar às mãos dos Democratas. No dia em que deveria ser ratificada a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais do final de 2020, centenas de apoiantes de Trump assaltam a sede do poder em Washington, invadindo as escadarias, pilhando e destruindo a bel-prazer, perante a incapacidade dos poucos elementos policiais que guardavam o edifício.

Em janeiro de 2023, passados 48 anos sobre o assalto à Constituinte portuguesa, foi a vez de o Brasil imitar um outubro com nada de vermelho e tudo de direita populista. Desta feita, apoiantes do candidato perdedor, Jair Bolsonaro, acampam várias semanas frente ao edifício do Planalto de Brasília, até irromperem senado adentro, destruindo janelas, móveis e espólio histórico à paulada.

O inesperado paralelo está na ação – invadir parlamentos e senados – e no modo radical – questionar as instituições pela violência com o aparente objetivo de impor poderes ditos populares. Porém, os desígnios políticos de um e outro tempo eram bem diferentes. Nos anos 70 do século passado os distúrbios foram protagonizados num país da Europa Ocidental, Portugal, pela extrema-esquerda, no século XXI pelos populistas da extrema-direita em territórios do continente americano.

Embora comece por reconhecer que nunca lhe tinham ocorrido semelhanças entre estes acontecimentos tão distantes no calendário e na geografia, Helena Carvalho Santos, uma das deputadas da Constituinte feita refém em novembro de 1975, admite que o fundo é semelhante. “Nunca mais voltei a pensar no cerco... Em Portugal não houve atitudes violentas, mas facilmente teria degenerado para algo mais grave. Se tivessem matado alguém, podia ter acontecido ali uma guerra civil”.²

Nas páginas que se seguem, conto-lhe as várias tentativas – incluindo a de um helicóptero enviado com sandes e vinho – para resgatar deputados reféns. Mas também como um assalto sangrento à Assembleia Constituinte esteve, de facto, iminente, tendo, finalmente, precipitado – e justificado – o 25 de Novembro e a normalização democrática.

Isabel Nery

² Testemunho de Helena Carvalho Santos.

Estoril, 12 de maio de 2023